

# MOÇAMBIQUE PÓS-COLONIAL ASCENSÃO E QUEDA DO AFRO-MARXISMO

Norrie MacQueen

ALICE DINERMAN

**Revolution,  
Counter-Revolution  
and Revisionism  
in Postcolonial  
Africa: The Case  
of Mozambique,  
1975-1994**

Londres e Nova York  
Routledge,  
2006, xxiv + 394 páginas

**L**ivros em inglês sobre a África lusófona surgiram em diferentes vagas ao longo dos últimos quarenta anos. Apesar de o português ser a terceira língua europeia mais falada no mundo, os cientistas sociais de língua inglesa não têm demonstrado grande aptidão para aprendê-la. Contudo, a importância da África lusófona, tanto no contexto regional como mundial, contribuiu para que as dificuldades linguísticas tenham vindo a ser – mais ou menos – ultrapassadas. Na base destes surtos de atenção, é possível identificar três fases distintas do interesse académico e político pela África de língua portuguesa.

Quando os outros impérios europeus se dissolveram na década de 1960, a determinação de Portugal em permanecer em África tornou-se uma importante área de debate tanto para historiadores como para teóricos do colonialismo. Basil Davidson, que combinou o activismo político com pretensões de rigor académico, é talvez o mais conhecido e mais amplamente lido dos escritores deste período. Depois de 1974, os programas revolucionários dos novos estados que emergiram da desco-

lonização portuguesa tornaram-se uma área de eleição para analistas e comentadores de esquerda, com um pé na investigação académica e outro no jornalismo comprometido no mundo de língua inglesa. O novo projecto afro-marxista foi visto por muitos neste período como a melhor saída para um continente que enfrentava já sérias dificuldades pós-coloniais. A um nível mais académico, David Birmingham, Allen e Barbara Isaacman e Patrick Chabal, escreveram respectivamente sobre Angola, Moçambique e a Guiné-Bissau, se bem que com vozes muito diferentes. Mais tarde, as guerras civis em Angola e Moçambique e a condição destes países enquanto «estados da linha da frente» na luta contra os regimes de minorias brancas no Sul de África trouxeram uma nova onda de interesse. Por essa altura, a dimensão portuguesa metropolitana nos estudos sobre a África lusófona – a princípio forte e um reflexo da natureza peculiar do imperialismo «lusotropical» – estava a diminuir. A «Lusofonia» tinha-se tornado mais um pormenor linguístico do que uma verdadeira identidade cultural e política.

Desde o fim da guerra civil e a transição para uma democracia multipartidária em Moçambique em 1994, e a morte de Jonas Savimbi e a chegada de uma paz exausta a Angola em 2002, o interesse dos escritores anglófonos arrefeceu um pouco. O resto da África tem oferecido histórias de horror mais urgentes para serem contadas, da República Democrática do Congo à Libéria e à Somália. *Revolution, Counter-Revolution and Revisionism in Post-Colonial Africa* de Alice Dinerman representa uma adição tardia aos trabalhos sobre a última das fases de interesse identificadas: o período das guerras civis da África meridional. O livro é uma evolução da sua tese de doutoramento em Oxford e baseia-se num extenso trabalho de campo no Norte de Moçambique levado a cabo a partir do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane em Maputo durante meados dos anos de 1990, no rescaldo da guerra civil.

### **TRADICIONALISTAS VS REVISIONISTAS**

Dinerman analisa, a um nível profundo e detalhado, os mais importantes pontos de debate e de interpretação da guerra civil moçambicana. Uma questão particularmente importante consistia em saber se a insurgência da Renamo havia sido completamente manufacturada por forças externas, primeiro pela Rodésia branca e depois pela África do Sul do *apartheid*? Ou havia sido o produto genuíno de uma coerente resistência interna à Frelimo? Prosseguindo nesta linha, qual foi a verdadeira extensão do apoio à Frelimo no Moçambique pós-colonial e como é que variou consoante a região,

a etnia e a classe social? Qual era a natureza essencial da ideologia da Frelimo, e como é que esta se alterou no decurso da guerra civil? Dinerman aborda estas questões integrando os resultados do seu próprio trabalho de campo no contexto das contribuições dos principais analistas estrangeiros de Moçambique desde a independência em 1975.

Estes analistas são separados por Dinerman entre os tradicionais autores pró-Frelimo, muitos deles bem conhecidos mesmo antes da independência, e um, mais tardio, grupo «revisonista». Em traços largos, os tradicionalistas como John Saul e Joseph Hanlon mantiveram o seu compromisso com o projecto da Frelimo, insistindo que a Renamo não tinha raízes internas significativas e que era em todos os aspectos importantes um produto de más intenções estrangeiras. Em contraste, os revisionistas, escritores como Luís de Brito, Michel Cahen e Christian Geffray, podem ter começado como apoiantes da Frelimo, mas, à medida que a guerra civil se desenrolou durante os anos de 1980, acabaram por aceitar que a Renamo, apesar da sua origem e apoios serem obviamente estrangeiros, representava efectivamente grupos sociais e regionais significativos dentro de Moçambique.

Em termos regionais, a liderança da Frelimo, predominantemente sulista, urbana e desproporcionalmente mestiça, e o seu aparelho militar, historicamente dominado pelo Norte, tinha gerado descontentamento no Centro do país. As províncias desta região central – Tete, Sofala e Zambézia – eram obviamente também as mais próximas da Rodésia e portanto

as mais vulneráveis à infiltração. Em termos sociais, a Frelimo era vista por largas camadas do campesinato como um movimento das classes «assalariadas» dos trabalhadores urbanos, empregados e profissionais do sector público. A população rural, se bem que proeminente na retórica política da Frelimo durante a guerra colonial, sentiu-se maltratada durante a tentativa de construir o Estado socialista após a independência. A destruição dos sistemas de poder e das práticas denominadas «obscurantistas», e as pressões para a comunalização da produção alienaram este extremamente importante estrato da população moçambicana. Esta crítica revisionista à tentativa da Frelimo de instaurar o socialismo revolucionário em Moçambique não partiu, todavia, da direita política. Foi, pelo contrário, um ataque esquerdista ao autoritarismo coercivo da Frelimo, ao seu regionalismo e à corrupção crescente entre os seus quadros.

Este trabalho de Dinerman é um empreendimento académico de larga escala que dissecou habilmente estes debates que têm gravitado em torno da guerra civil e da posição da Frelimo durante as últimas três décadas. Contudo, a sua própria posição permanece frustrantemente opaca. A sua análise tenta minar os argumentos dos revisionistas sem procurar refúgio nos frequentemente ingénuos e simplistas argumentos «frelimistas» estrangeiros. Mas em certos momentos os seus argumentos atingem um nível de abstracção intelectual que deixarão perplexo até o leitor mais informado. Não é difícil descortinar no livro as suas origens como tese de doutoramento. O seu objectivo fundamental é,

nas suas próprias palavras, examinar «a genealogia do mito de ruptura revolucionária com a intenção de trazer à luz os reajustamentos mnemónicos que acompanharam, tentaram negociar e contribuíram para o complicado terreno político que caracterizou o Moçambique pós-socialista» (p. 283). Resumindo, este não é um relato acessível ao leitor que tenha apenas alguns conhecimentos gerais. Não deixa de ser contudo uma contribuição importante para o debate, ainda por resolver e provavelmente sem resolução possível, sobre o fracasso daquele que foi porventura o mais significativo dos projectos afro-marxistas da África lusófona.

#### **DO AFRO-MARXISMO AO NEOLIBERALISMO**

E este é, talvez, o ponto importante a reter no meio do minucioso debate sobre Moçambique apresentado por Dinerman. Cinco projectos deste tipo tiveram início em África em 1975, e todos os cinco fracassaram. As dinâmicas deste fracasso não devem ser procuradas unicamente – ou sequer predominantemente – nas circunstâncias de um país. Como observa Dinerman, a surpreendente transição de Moçambique de regime revolucionário do Terceiro Mundo para o de economia neoliberal modelo foi supervisionada pela liderança da Frelimo – cuja elite dirigente, aliás, obteria depois consideráveis recompensas materiais pessoais com essa mudança. O desenrolar do projecto socialista em Angola viu também a velha liderança revolucionária do MPLA enriquecer graças ao seu envolvimento com o capitalismo internacional. Guiné-Bissau, Cabo

Verde e São Tomé e Príncipe também abandonaram a retórica revolucionária dos anos de 1970, mas sem a «necessidade» da desestabilização externa sofrida por Moçambique e Angola.

Por outras palavras, com a guerra civil ou sem ela, é impensável que o programa revolucionário do celebrado 3.º Congresso da Frelimo em 1977 pudesse, em quaisquer circunstâncias, ter sido implementado e que Moçambique pudesse ser hoje um Estado e uma economia marxista de sucesso. Deverá então a explicação para o fracasso do socialismo na África lusófona ser procurada num contexto africano em vez de nacional? Ou deverá talvez ser abordada a partir de uma perspectiva ainda mais alargada – a da cultura política mundial dos anos de 1960 e 1970? O marxismo revolucionário foi a posição assumida de

certa forma por omissão pelos restantes movimentos anticoloniais em todo o mundo durante este período. Ironicamente, no caso da África portuguesa isto foi provavelmente reforçado pela forte presença marxista na oposição interna ao Estado Novo: o luso-tropicalismo da esquerda. Neste âmbito, a detalhada sociologia política de Moçambique explorada aqui por Alice Dinerman é obviamente importante mas não central. De forma desanimadora, as suas referências comparativas a Angola e à Guiné-Bissau são bastante limitadas. Continuamos à espera de uma síntese mais ampla acerca desta dimensão crítica, tanto da fase final da Guerra Fria em África como da história internacional. *RI*

TRADUÇÃO: INÉS DUARTE SOARES